



INTERVENÇÃO DA SECRETÁRIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DO EMPREGO PÚBLICO, FÁTIMA FONSECA

INTERPELAÇÃO

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

21 DE JUNHO DE 2019

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Este Governo tem percorrido um caminho de valorização e capacitação da Administração Pública para melhor servir o país.

Um caminho feito do cumprimento dos compromissos assumidos no seu programa. Com segurança e com equilíbrio, com opções ponderadas e tomadas em função do bom desempenho da economia, com avaliação das capacidades do país no presente e no futuro, em diálogo



social, valorizando o papel dos representantes dos trabalhadores.

Nesta legislatura, o governo assumiu a recuperação de um período crítico na Administração Pública e tem estado a cumprir. Sem criar expectativas irrealistas junto dos trabalhadores, sem prometer tudo a todos e sem prometer hoje o que o passado mostrou não ser possível cumprir.

O que prometemos, cumprimos. A reversão dos cortes salariais; a reposição das 35 horas; a reposição do valor das horas extraordinárias; o descongelamento das carreiras que já abrange mais de 400 mil trabalhadores. E conseguimos ir mais longe, procedendo à elevação da base salarial na Administração Pública para 635,07€.

Por estas razões, em janeiro de 2019, o valor da remuneração base média mensal dos trabalhadores na



Administração Pública teve uma variação positiva de 7% face a 2011 e de 5% face a 2015.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,

Para além da **valorização remuneratória dos trabalhadores**, o Governo tem apostado na **qualidade do emprego**.

O PREVPAP é o maior exemplo disso. Com um processo sistemático, participado e individualizado e o trabalho das Comissões de Avaliação Bipartida praticamente concluído, mais de 72% de pareceres favoráveis foram emitidos.

No final do 1º trimestre de 2019, 75,9% dos trabalhadores encontrava-se na modalidade de contrato por tempo indeterminado. Em termos homólogos, os contratos a termo foram reduzidos e quando comparados com os dados de dezembro de 2012, registam uma quebra de 12,2%.



Esta tendência decrescente também se regista nos contratos de prestação de serviços, com uma quebra de 6,7%.

O número de funcionários públicos face a 2015 aumentou mais de 30 mil, o que representa um crescimento do emprego nas administrações públicas de 4,7%, aproximando-se dos números de 2012.

Nos serviços públicos, definimos como áreas prioritárias de investimento a educação e a saúde.

Na área da educação, o Governo dotou as escolas de mais recursos humanos. No que se refere aos docentes, foi alterada a norma-travão, que passou de cinco para três contratos sucessivos; em quatro anos foram realizadas duas vinculações extraordinárias num total de mais de 7.000 docentes, 11.000 docentes foram reposicionados e



mais de 40.000 progrediram com o descongelamento das carreiras.

No caso dos trabalhadores não docentes, foi promovida a contratação, em contratos a tempo indeterminado, de 1.067 assistentes operacionais, e cerca de mais 3.000 assistentes operacionais foram contratados entre Ministério da Educação e Autarquias.

A revisão da portaria do rácio de pessoal não docente reforçou os critérios de afetação de assistentes operacionais nas escolas, sobretudo na educação pré-escolar e para acompanhar crianças e jovens com necessidades educativas especiais.

Na saúde, em menos de 4 anos, comparando dezembro de 2015 com abril de 2019, aumentámos o número de profissionais do SNS em 10.800 efetivos. São mais 4.000



médicos, mais 4.400 enfermeiros e mais 600 técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica, entre outros. O SNS tem hoje a maior força de trabalho de sempre; são mais 6.400 trabalhadores do que antes do início do programa de Assistência Económica e Financeira.

Os 130.800 profissionais que em abril de 2019 trabalhavam no SNS viram harmonizado o período normal de trabalho de 35 horas entre contratos de trabalho em funções públicas e contratos individuais de trabalho, abrangendo cerca de 31.000 trabalhadores. Foram também melhoradas as condições da atribuição de incentivos à mobilidade geográfica para zonas carenciadas, de que beneficiam mais de 350 médicos e de que irão beneficiar este ano mais 150.

Mas fomos mais longe, com uma aposta transversal em todas as carreiras. E não pode deixar de ser assim porque



a idade média dos trabalhadores das administrações públicas é de 47,4 anos, tendo aumentado 3,4 anos em comparação com o final de 2011, o que traduz o envelhecimento dos trabalhadores da Administração Pública.

Este é um tema incontornável que temos que abordar.

E é nesta linha que definimos para 2019 um contingente de 1.000 trabalhadores qualificados a recrutar, num procedimento centralizado a lançar brevemente, para reconstituir e revitalizar o corpo técnico da Administração Pública, apostando nas áreas estratégicas do Estado, recuperando a sua massa crítica e reforçando as suas competências.

Por isso, será publicado em breve o regulamento do programa de capacitação avançada para trabalhadores em



funções públicas, que substitui o curso que proporcionava uma entrada paga na Administração Pública. Este programa recolheu os contributos dos sindicatos e do conselho geral da formação profissional, e irá proporcionar elevados níveis de qualificação para garantir capacidade de resposta dos serviços públicos, abrangendo, naturalmente, também os trabalhadores que se encontrem já em exercício de funções.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,

Todas as medidas tomadas para a Administração Pública representam, em 2018, um esforço adicional de despesa de 800ME anuais.

Hoje há mais trabalhadores na Administração Pública e esses trabalhadores tiveram o seu ganho médio aumentado nesta legislatura. Têm sido tomadas medidas promotoras



da segurança e saúde no trabalho. Têm sido criados mecanismos para uma gestão participada e positiva.

Dizer que os serviços públicos funcionam pior é negar o reforço de 1.600 milhões de euros anuais entre 2015 e 2019 na saúde. É um reforço que permite atingir o valor máximo de sempre e mais do que compensar a redução de 1000 ME feita durante a anterior legislatura.

Com a conclusão do concurso para as 400 vagas para médicos de medicina geral e familiar, se todos os candidatos aceitarem as posições em que ficam, 98% dos portugueses terão médico de família. A maior taxa de cobertura de sempre.

Entre maio de 2018 e maio de 2019 foram feitas mais 190 mil consultas nos cuidados primários e mais 140 mil



consultas nas unidades hospitalares do que no mesmo período anterior.

Na educação, no início do século XXI, Portugal tinha ainda 45% de abandono escolar precoce, número que em 2018 baixou para 11,8%. A taxa de escolaridade do ensino secundário situa-se nos 52,5% em 2019 face a 37,4% em 2011. A taxa de retenção no 12.º ano de escolaridade em 2016/2017 foi de 25,7%, quando em 2011/2012 era de 35,3%. Cerca de 45% dos portugueses com 20 anos de idade já frequenta o ensino superior.

Na segurança social, desde o início de 2019 foram processadas mais 77.400 novas pensões, um aumento de praticamente 25% face ao período homólogo. Por ano são efetuados mais de 6,7 milhões de atendimentos presenciais, mais 5,5 milhões de atendimentos através do



Centro de Contacto, em funcionamento desde novembro de 2017.

Nos transportes públicos, desde 2015, o número de passageiros aumentou 13%, a oferta aumentou 10% e os recursos humanos aumentaram 5%. A melhoria da acessibilidade permitiu, só na Área Metropolitana de Lisboa, aumentar em 167.000 o número de passageiros. Para além disso, está em curso o mais vasto plano de investimento nos transportes públicos das 2 últimas décadas.

Nos registos, a procura pelos serviços de emissão do Cartão de Cidadão aumentou 24% em 2019 face ao período homólogo. Ainda assim, a reutilização de dados biométricos permitiu, desde o dia 20 de maio, reduzir o tempo médio de atendimento de 15 para 5 minutos e passou a ser possível renovar o cartão nos “Espaços



Cidadão”. No dia 11 de junho, o SMS que alerta para o prazo de caducidade do Cartão de Cidadão começou a incluir uma proposta de agendamento com data e local de marcação. E ontem, dia 20 de junho, entrou em funcionamento a nova funcionalidade que permite a sua renovação online.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,

É legítimo querer sempre mais e melhor. Mas porque nunca poderemos chegar a todo o lado ao mesmo tempo, temos a responsabilidade de tomar medidas estratégicas para a Administração Pública que apresentam resultados expressivos e duradouros. E é isso mesmo que estamos a fazer. Com discernimento, coerência e responsabilidade.

Muito obrigada.